



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22 DE ABRIL DE 2024

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Manifestação do público

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 1 DE 33

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Boa tarde a todos. Estão presentes os Vereadores: Arselino Tatto, pelo sistema *Teams*, Rubinho Nunes e Sidney Cruz. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da quinta audiência pública no ano de 2024.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br e também pelo YouTube, pela Rede Câmara São Paulo e também pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Essa audiência vem sendo publicada desde 11 de abril no Diário Oficial da Cidade. Também em 11 de abril foi publicada no jornal Estado de S. Paulo e em 12 de abril no jornal Folha de S. Paulo. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/

As inscrições ainda podem ser feitas, nesse momento, junto à secretaria da Comissão que fica aqui à nossa esquerda. Então, os senhores que tiverem interesse em se manifestar, podem se dirigir ao nosso amigo Inamar e fazer suas inscrições.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras que, nesse momento, está representado pelo Sr. Fernando Barrancos Chucre, Secretário-Executivo de Planejamento e Entregas Prioritárias, ao qual desde já agradeço pela presença; Rodrigo Ravena, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Milton Vieira Pinto, Secretário Municipal de Habitação; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Thomaz Toledo, Presidente da Cetesb - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo; André Salcedo, Presidente da Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; Dr. Marcos Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Fernando José Martins, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Fiorentino Jr., Defensor Público-Geral da Defensoria Pública-Geral; Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e também o público em geral.

Passemos à pauta. Essa é 5ª audiência pública da Comissão de Política Urbana que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 200

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 2 DE 33

tem como objeto discutir o PL 163/2024, de autoria do Prefeito Ricardo Nunes, que autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos, convênios e quaisquer outros tipos de ajustes necessários de forma individual, ou por meio de arranjo regionalizado, visando a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo, nas condições que especifica, bem como altera os artigos 10 e 11 e revoga os artigos 1º ao 5º da Lei nº 14.934, de 18 de junho de 2009.

Pergunto aos Vereadores presentes e aos Srs. Secretários, se alguns colegas gostariam de fazer uso da palavra neste momento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Vou suspender previamente a sessão por 5 minutos para que se procedam as inscrições do público presente.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Reaberta a audiência, vamos chamar os inscritos pelo sistema *Teams*. Primeiro, Ana Carolina Mariano Pereira. (Pausa) Ausente. Adaílton de Souza dos Santos. (Pausa) Ausente. Eliana Paiva da Silva. (Pausa) Ausente. Vinícius Marquezine (Pausa) Ausente. Michelle da Silva. (Pausa) Ausente.

Dando continuidade. Clariana Cunha. (Pausa) Ausente. Maiara Torres, Gabinete da Cidade, mandato da Deputada Tabata Amaral. (Pausa) Ausente.

Registro a presença do nobre Vereador Celso Giannazi. Obrigado pela presença. Vereador Celso Giannazi que tem acompanhado todas as audiências.

Passemos aos inscritos presenciais. Antes do início da chamada, quero reiterar que o prazo de manifestação é improrrogável e é de três minutos.

Sra. Elaine Guedes, do Jardins. (Pausa). Presente, obrigado Sra. Elaine, a senhora pode fazer uso tanto do microfone de aparte quanto da tribuna, o que for mais conveniente para a senhora, assim como para os demais oradores. Fique à vontade.

A SRA. ELAINE GUEDES - Bom dia, nobres Vereadores. Bom dia ao público presente e a todos. Eu venho aqui manifestar o desejo de que a Sabesp permaneça, bem como

os contratos do Município, respeitando o que se preserva hoje.

Na verdade, tivemos uma experiência muito ruim com o monopólio privado. Quando a empresa visa apenas o lucro, como conhecemos a Enel, por exemplo, que presta serviços em São Paulo, mas a cidade tem ainda grandes problemas com falta de energia elétrica, percebemos também que toda a cidade tem bairros que não conseguem ter toda a energia da forma correta ou que estão ainda sem energia.

E como cobramos isso? No caso da água, ela é vital. Sem água, as pessoas morrem, os animais morrem, as plantas morrem. Então, assim, não é o momento de se falar esse termo: privatizar. Por que não ter sido benéfico.

Vejam, desde 1996, essa ideologia se alastrou. Mas, na prática, a população do Brasil está sofrendo. E em São Paulo é inadmissível isso, Srs. Vereadores. Clamamos para que os senhores tenham respeito pelos contratos e que permaneça dessa forma.

Não é justo. Eu tenho aqui um abaixo-assinado com mais de 14 mil assinaturas. São 14.151 assinaturas pedindo para que se mantenha a Sabesp do jeito que está. É uma empresa eficiente. Não queremos que ela seja sucateada como foi o setor energético. É um clamor que o setor de água não seja sucateado como foi o setor energético nesse país, nesse estado em que nós sofremos muito, nas casas e nas empresas também.

Por que não pensar, então, em vez de se criar um monopólio privado, procurar uma alternativa que venha a competir com o setor público? Mas do jeito que os senhores estão fazendo, do jeito que essa política está sendo implementada no Brasil, ela é falida. É falida!

Não se pode ter um monopólio privado de água. O Rio de Janeiro foi um problema. O nosso Governador, que não está acostumado, que é recém-chegado em São Paulo, nunca pegou uma crise hídrica no Estado. Lembram-se? Tivemos, muitos anos atrás, torneiras secas, foi o trabalho da Sabesp, dos engenheiros que trouxeram água, e por conta dessa experiência quase não temos mais racionamento. Mas, senhores, para que andar para trás? Para que entregar? Fazer monopólio privado. Pensem bem. Os senhores vão secar as torneiras dos paulistanos? Pelas mãos, pelas canetas de vocês, os paulistanos vão sofrer? E tem muita gente

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 4 DE 33

que não pode vir aqui, que mora lá no Grajaú, que é tão distante.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Elaine.

A SRA. ELAINE GUEDES - Por favor, não façam isso. Não deem São Paulo ao monopólio privado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Sra. Elaine. Registro a presença da Vereadora Silvia da Bancada Feminista. E, nesse momento, convido para seu pronunciamento a Sra. Helena Maria da Silva, do Sintaema.

A SRA. HELENA MARIA DA SILVA - Bom dia a todos e todas. Realmente, o que estão fazendo, o que estão querendo fazer na Câmara Municipal é entregar um patrimônio que foi construído com o dinheiro do povo por mais de 50 anos.

Realmente, a Sabesp é uma empresa competente, eficiente e até exporta tecnologia para o mundo inteiro. Então, o que estão fazendo hoje é um crime contra a população. Uma população que, ao longo dos anos, pagou sua conta e que hoje verifica que seu patrimônio vai ser simplesmente entregue e, pior, a mais prejudicada, com certeza, vai ser essa própria população.

Relembrando mesmo a crise hídrica, a Sabesp foi a única empresa, companheiros, que foi para a mídia pedir às pessoas usarem menos água, para pouparem água, porque, ao pouparem água, as pessoas teriam um abono na conta de água. Qual empresa privada que fez isso durante a pandemia? Que deu desconto se você usasse menos? Que pensou no povo? Que aumentou as questões das contas no programa social que a Sabesp dispõe?

Ainda assim, a Sabesp vai ser entregue para um monopólio, para meia dúzia de investidores ganhar muito dinheiro em cima do patrimônio do povo. Isso é um escândalo que será feito.

Aqui no Brasil, em todas as privatizações que a gente tem visto, a única coisa que aconteceu foi aumentar a tarifa e reduzir drasticamente a competência das empresas para fazer o serviço. Por quê? Porque quando só se visa ao lucro, o trabalhador, o profissional comprometido é retirado e são colocadas empresas de qualquer ramo para fazer a atividade.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 203

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 5 DE 33

Isso prejudica muito, e a Cedae e o Metrô são exemplos. É só a gente olhar.

Quanto à Enel, o pessoal de São Paulo costuma dizer que a privatização foi feita pelo Governo Federal. Mas, e as empresas estaduais? Quais são empresas que foram privatizadas que realmente funcionam? A Via Mobilidade? Não, não é exemplo de bom funcionamento. A Cedae, no Rio de Janeiro, que está próximo da gente, também não é um exemplo de privatização que deu certo. Onde, então, deu certo? Não deu certo no mundo. Não deu certo aqui em São Paulo. Não deu certo no País como um todo, mas, mesmo assim, alguns querem continuar insistindo nesse erro.

Por isso, o Sintaema - Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo vem aqui protestar contra essa entrega do patrimônio público, que há mais de 50 anos vem se fortalecendo e vem tratando a água e a distribuindo para os paulistas e paulistanos de forma eficiente e barata. Não é uma conta cara, mas, mesmo assim, se infelizmente for aprovado esse projeto, a gente vai realmente dar um passo atrás. Um não, vários passos atrás, infelizmente. Por isso, não à privatização! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Helena.

Tem a palavra O Sr. Rene Vicente dos Santos, do Sintaema.

O SR. RENE VICENTE DOS SANTOS – Bom dia, Srs. Vereadores, demais presentes nesta audiência pública e todos que nos acompanham pelas redes sociais.

Nós estamos travando um debate, já há um ano, em defesa do saneamento público contra a privatização da Sabesp. Na última semana, acompanhamos o Governo do Estado privatizar a EMAE - Empresa Metropolitana de Água e Energia. Mas o que isso tem a ver com a Sabesp? Mais adiante, nós vamos ver um conflito muito grande, já que o principal reservatório de fornecimento de energia da EMAE são as represas Guarapiranga e Billings, e ela conta com a Usina Hidroelétrica Henry Borden, uma das mais antigas da capital, que também fornece energia na região de Cubatão. Para manter o fluxo dessa empresa e para ela ganhar dinheiro, ela vai ter que reverter o rio Pinheiros e jogar esgoto no Guarapiranga. E vocês podem ter certeza de que, mais adiante, nós vamos estar bebendo água com coliformes fecais, com esgoto, porque

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 6 DE 33

a EMAE não vai abrir mão do seu lucro.

E o que vai acontecer com a Sabesp, caso seja privatizada? Ela vai caminhar no mesmo sentido. Hoje nós estamos sentindo a privatização da Enel, com apagões que ocorrem na cidade, com falta de respeito com a população, com a Câmara de Vereadores e com o município, para quem a Enel não dá satisfação nenhuma quando cobrada por suas atitudes. Já com a Sabesp é diferente, eles conseguem sentar, negociar, cobrar, mas, uma vez privatizada, nós vamos ver uma precarização na prestação de serviço, pois uma das primeiras coisas que a gestão privada vai fazer é economizar em mão de obra, mandando embora trabalhadores qualificados e contratando terceirizados, sendo que muitos dos problemas que hoje a Sabesp tem, dos quais a população reclama, muitas vezes é por conta da terceirização que avança a passos largos. Inclusive há setores nos quais que a Sabesp está perdendo totalmente o controle por conta da terceirização.

Recentemente, na zona Leste, uma empresa com um contrato de milhões simplesmente abandonou a prestação de serviço para a Sabesp. Ela comunicou que não mais ia prestar serviços, e quem supriu a lacuna foram os trabalhadores da Sabesp. Há trabalhadores da Sabesp atuando em 375 municípios, muitas vezes se deslocando de uma cidade para outra. Também recentemente, trabalhadores de Diadema ficaram um mês morando em São José dos Campos em prol da qualidade no serviço prestado.

É por isso que nós estamos participando desta e de outras audiências públicas para dizer não à privatização, que vai trazer um grande prejuízo à população.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Rene.

Registro a presença do Vereador Fabio Riva pelo sistema Teams.

Tem a palavra o Sr. Cid Barbosa Lima, da Associação dos Especialistas em Saneamento – Aesan.

O SR. CID BARBOSA LIMA – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores presentes virtual e presencialmente, Sr. Secretário e companheiros do Sintaema, valoroso

sindicato de luta em prol dos trabalhadores e do povo da cidade e do Estado de São Paulo e em favor da vida.

Água é vida. No entanto, parece que o capitalismo começou a tomar um outro rumo em 1985, quando a Sra. Margaret Thatcher, a “Dama de Ferro” e Primeira-Ministra da Inglaterra, resolveu privatizar a água, que era do povo. Aconteceu que a Thames Water, poderosa empresa privada da Inglaterra, que permanece lá até hoje, acabou com a água potável. Mas, por enquanto, porque deve sair de talvez ainda este ano. O nome da empresa deriva de Tâmis, famoso rio em Londres, que, naquela época, estava 80% saneado e hoje se encontra completamente poluído, com água não mais potável.

Em 1989, o neoliberalismo, o extremo do capitalismo no sentido de exploração da população, implantou o Consenso de Washington. Para os mais jovens, que não se lembram, foi um processo para acabar com o que era público, com a função precípua do Estado, dentre elas, o saneamento e também a eletricidade, como lembrou a colega que me antecedeu. São monopólios que não sofrem concorrência, e é na disputa que são conseguidos preços mais baratos para as tarifas de água e de eletricidade. Sendo a Sabesp um monopólio natural, não podemos continuar a seguir hoje aquilo que foi uma radicalidade com o fim da Guerra Fria e do Consenso de Washington, em 1989 e, pelo neoliberalismo estar passando por um enorme processo de decadência no mundo todo, países como a França, a Alemanha, os Estados Unidos, dentre outros, começaram o processo de reestatização e remunicipalização dos serviços de água e de eletricidade.

Nós não podemos regredir a décadas atrás. Nós temos que ir para frente e manter o que é do povo. Privatizar, jamais. Temos que lutar pelo direito universal à água, um direito à vida. Não podemos tratar a água como mercadoria. Por isso, Srs. Vereadores, por favor, se atentem para esse fato.

Agradeço a atenção. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Cid.

Tem a palavra o Sr. Hilton Marioni dos Santos, do Sintaema.

O SR. HILTON MARIONI DOS SANTOS – Bom dia a todos. Mais uma vez, eu e os colegas que me antecederam estamos aqui argumentando contra a privatização do saneamento. A privatização do saneamento é um assunto repetido. Nós sabemos, por experiência em outros países e tem estudos que provam, que o saneamento privatizado não funciona.

Eu fiquei espantado quando eu vi os Deputados Estaduais apadrinharem esse projeto. Eu fico aqui, não consigo acreditar como os Vereadores, com aquele show de PowerPoint, apadrinham um projeto desse.

Já tem 49,7% das ações da Sabesp lá na Bolsa de Nova Iorque, negociam um resto aqui na Bolsa de São Paulo. Como é que vocês apadrinham isso? Mas, vamos lá, chega de exemplo, porque eles devem saber mais do que a gente.

Quando a gente vem aqui dizer “não”, eles rebaixam o debate e falam que isso é uma questão ideológica. Então vamos falar de fato, vamos sair do que eles chamam de ideologia, vamos falar de fatos. Lá em 2004, 2005, eu participei de um grupo de estudo, quando teve aquela crise hídrica muito grave, que afetou principalmente a bacia da represa Guarapiranga e Billings.

Se procurar nas reportagens, nos jornais, na internet, é possível ver que se atravessava a represa Guarapiranga quase a pé. Dava para ver aquela areia branca, bonita. E a represa não tem volume, só tem espelho d'água hoje. Assoreamento dos bairros, da ocupação irregular dos entornos, por causa de campanhas políticas diversas que facilitavam a ocupação: “Vai, ocupa aí, tudo bem, me empresta seu título aqui que está tudo certo no futuro.”

E assim foi. E hoje, o pessoal se esquece daquela crise. Quem é que resolveu aquela crise? Foi a equipe de carreira da Sabesp. Eu participei de um dos grupos de estudo, resolveu isso com recurso financeiro e técnico próprio. Isso não pode ser esquecido. Tem mais, a crise hídrica de 2014 e 2015. Aconteceu a mesma coisa lá em cima, na região do sistema Cantareira, aonde a água vem até de outros Estados, e a água passa por outros municípios, e essa Casa aqui bate no peito: “Nós somos donos de 45% do faturamento da Sabesp,” porque 45% do faturamento está no município de São Paulo. E parece que esse povo só vê a grana. Na próxima crise hídrica, onde estarão esses senhores que aprovaram isso? Eles vão mostrar a cara para

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 9 DE 33

alguma coisa? Eles vão dar o nome para inaugurar o Museu da Falta d'Água?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sr. Hilton.

O SR. HILTON MARIONI DOS SANTOS – Vou concluir perguntando: como os Srs. Vereadores, hoje, da base governista têm coragem de aprovar isso?

E pergunto se duas crises hídricas foram separadas por apenas 10 anos, de 2014 para cá, nós estamos de novo a 10 anos. Será que a crise hídrica vai ser já agora em outubro?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Conclua, por gentileza.

O SR. HILTON MARIONI DOS SANTOS – Sim, senhor. Sim, senhor.

Vou concluir com a última pergunta. Para que privatizar aquilo que tem funcionado? A água não é dos senhores. Não à privatização. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, senhor Hilton. Encerradas as inscrições.

Convido o Sr. Luiz Castro, munícipe.

O SR. LUIZ CASTRO – Bom dia.

Isso aqui é para fazer um exemplo técnico, que é muito interessante. Toda discussão de audiência pública nunca tem nada técnico para apresentar à população antes de qualquer pauta.

A gente vem aqui falar de privatização, se é estatal. Acredito que a grande parte da população, aquela que realmente tem a carência da água, aquela que a água não chega na torneira, aquela que a água não chega no banheiro, ela não quer saber por que a estatal também, até hoje, deixou a desejar. A privatização também, a gente não sabe o que vai acontecer.

Então, por que a gente não fala, antes dos bilhões que são ditos que eles são liberados, se realmente a água vai sair de uma usina de tratamento de esgoto até o banheiro do munícipe, até a torneira do munícipe? Não adianta fazer inúmeras audiências em inúmeros bairros, ludibriando a população de que aquilo vai chegar, se ninguém diz exatamente onde serão feitas as instalações e quando é que aquilo vai chegar.

Eu acho um absurdo, mais uma vez, as decisões não serem técnicas e serem apenas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 208

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 10 DE 33

políticas. Eu sou formado em arquitetura e urbanismo, eu aprendi na faculdade inúmeras qualidades, e uma delas é o seguinte: se você quer fazer as coisas acontecerem, você precisa ter projeto. Porque falar em liberação de recurso e não ter projeto não faz sentido, e é por isso que as coisas não funcionam.

A pergunta aos Vereadores é: vocês sabem onde terá uma usina de tratamento de esgoto para os locais que vocês estão fazendo audiências públicas?

Qual dos senhores já visitou usina de tratamento de esgoto? Será que vocês sabem o que é chegar à casa de um munícipe que não tem água de qualidade na torneira? Como é que isso funciona? Mas os bilhões que saem nas notícias, nos noticiários, estão aí ludibriando mais uma vez a população.

Então, para finalizar, eu acho que tem três perguntas que eu gostaria de fazer aqui. Primeiro, referente à conta de água. Porque se a conta de água vai aumentar, nós somos então os investidores dessa privatização. Esse é um ponto. Segundo ponto, a água vai chegar à torneira para que a população que mais precisa possa utilizar e possa cozinhar? E acho que a terceira pergunta, que eu acho que ela é a mais suja de todas, que deveremos ter vergonha de não apresentar projeto e apenas de falar em valores se é privatização ou não. Quando o munícipe que não tem condição usar o seu banheiro, os dejetos dele irão para o esgoto ou irão para debaixo do assoalho dos seus barracos?

É isso, obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Luiz.

O SR. LUIZ CASTRO – Eu vou deixar aqui de presente para que a gente possa inaugurar um dia, tá bom?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu confesso que eu achei divertida a ilustração que você trouxe.

O SR. LUIZ CASTRO – Às vezes a gente tem que ser meio pragmático.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Com todo o respeito, até perguntei para ele, não vai pôr no pescoço esse negócio, pelo amor de Deus, não faça isso. Eu vou responder,

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 11 DE 33

inclusive, suas perguntas na sequência, de acordo com o meu ponto de vista, mas antes, a assessoria me informou que alguns alunos estão aqui, eu gostaria de agradecer a presença dos senhores.

Existe um convênio de integração institucional entre a Câmara de São Paulo e as faculdades e universidades, um acordo de cooperação. O objetivo é promover a integração institucional que possibilite aos estudantes um maior conhecimento sobre a dinâmica e funcionamento do poder legislativo. A ideia é que os estudantes venham assistir a alguns trabalhos parlamentares, audiência pública, reuniões de comissão, CPI, etc., e a certificação é feita pelo Celeg.

Os senhores são alunos de Direito, certo? Mackenzie? Legal, fiz uma pós-graduação no Mackenzie, na minha época, fez falta ter um curso de processo legislativo. Fico feliz que a universidade tenha feito essa inovação. Obrigado pela presença, os senhores são super bem-vindos. Aprendi, por isso que eu sou contra a ideia de vocês.

É que eu estudei e aprendi, e tem essa diferença. Mas vamos lá.

Eu vou responder ao Sr. Luiz antes de encerrar, e eu vou passar aos Colegas. Sr. Luiz, na minha concepção... Cadê o Luiz Castro? Encontrei ele ali no final. Na minha concepção, já existe um compromisso do Governador Tarcísio de Freitas em redução da tarifa social em 10% do valor na conta, mantendo, assim, o valor dela.

O senhor trouxe o ponto que, na minha leitura, é o crucial em todo esse projeto. Água na torneira. Porque é muito fácil nós discutirmos. Eu moro na região central, tem água na minha torneira. Imagino que tenha na casa do senhor e na da maioria dos senhores aqui também. Quando a gente vai as regiões periféricas da cidade, aos extremos, essas pessoas não têm água, não têm tratamento, não têm principalmente coleta e saneamento.

Eu fui relator na Comissão Especial de Estudos da Sabesp e o que mais me chamou a atenção em tudo foi a qualidade da água nas represas. Nós visitamos as represas de São Paulo, uma vistoria *in loco*, e, andando de barco, eu vi a qualidade da água que nós tomamos banho e bebemos. E eu não tenho nenhuma vergonha de falar que a água é completamente

podre. Nós passamos de barco, a água está preta, seca as bolinhas. O pessoal que estava conosco disse que aquilo é em razão do descarte de esgoto sem tratamento, sem coleta.

Por que isso se dá? Pelas invasões. Nos extremos da cidade existem invasões. Essas invasões vão adensando a periferia, elas se consolidam com moradias de alvenaria, e, a partir do momento que é desmatado, se estabelece a moradia de alvenaria, naturalmente, não há como retirá-los.

Existe um projeto aprovado na Câmara de regularização fundiária. Recentemente, na revisão do Plano Diretor, e aí os Vereadores participaram, mas eu sei que o senhor contribuiu muito, tanto no Plano Diretor quanto no saneamento, foi estabelecida a ZEIS-4 no Plano Diretor.

Posteriormente, na revisão da Lei de Desenvolvimento, muito criticada, foram apontadas algumas áreas, que eram os ZEPAMs, áreas ambientais, para que se tornassem ZEIS-4. Para que todos entendam, as ZEIS-4 são zonas para habitação de interesse social, moradias sociais, onde se tiraria a densidade espalhada dos barracos para que se condensassem em prédios, com menor potencial construtivo, mas, ainda assim, a conta fechando.

Por quê? A Sabesp - eu sou um grande crítico da Sabesp, acho que o serviço da Sabesp é uma verdadeira porcaria -, acho que peca na cidade, peca no asfalto, peca no atendimento, peca na qualidade. Mas a Sabesp não pode captar esgoto nessas áreas, por uma questão burocrática completamente estúpida, que é o exemplo do Brasil. Nessas locais são áreas ambientais, então eles não podem fazer a coleta porque é uma área ambiental. Só que o local não é ambiental, o local tem uma invasão consolidada.

Então, nós tínhamos que mudar o zoneamento para que se tornasse, então, um local passível de coleta. Infelizmente, não foi possível. Nós aprovamos na Câmara, houve o veto, agora a gente vai tentar trabalhar num projeto posterior. Discutimos. Queria derrubar o veto para que a gente pudesse trabalhar.

Com todo o respeito, aqui não quero fazer um discurso político, foi muito debatido que a gente estava derrubando as ZEPAMs. Ah, vocês querem acabar com as ZEPAMs. Não,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 11

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 13 DE 33

eram essas áreas ambientais que já estavam desmatadas. Aí, no pedaço que seria reduzido, nós transformaríamos em parque, para que não houvesse novas invasões e o projeto Chave na Mão, Barraco no Chão, impediria que novas famílias adentrassem nesses barracos.

Foi uma batalha que eu, particularmente no aspecto ideológico, achei que daria certo, mas fracassamos no aspecto político aqui na Casa, porque o argumento crítico nas redes, na imprensa, de movimentos sociais fez com que se derrubasse. Eu espero que este ano a gente consiga corrigir este erro. Mas o objetivo, não vou nem chamar de privatização, porque já foi aprovada, mas com a manutenção de São Paulo no contrato, é justamente que a gente consiga antecipar a universalização do saneamento, que a meta é para 2029, que seja atingido antes, porque, nas audiências públicas, já se mostrou que a Sabesp não vai conseguir cumprir a meta até 2029.

E, por fim, para onde vão os dejetos? Essa é a pergunta do senhor. Hoje, infelizmente, como já se presume da resposta anterior, vão para os mananciais. E o nosso objetivo é que eles sejam coletados. Com o processo de adesão desse contrato, vai ampliar, e eu acho que a gente vai conseguir coletar mais. Mas, se você me pergunta se a gente vai conseguir coletar 100%, eu respondo com muita sinceridade: não. Porque, se a gente não resolver a questão das ZEPAMs, por mais que haja uma força-tarefa da Sabesp, haja empenho de recursos, que a gente aumente o valor investido para 20%, como já foi feito no contrato, estava 13, vai para 20. Ainda assim, a gente não vai conseguir coletar 100%, por conta da burocracia, ou melhor, da burrocacia que a gente vive.

Para finalizar, Secretário Chucre, Vereadora Silvia, Vereadores, alguém gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. SIDNEY CRUZ - Eu gostaria de me inscrever também, Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Quem prefere iniciar? Primeiro as damas?

Tem a palavra a Vereadora Silvia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA - Boa tarde. Boa tarde, não, gente, bom

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 14 DE 33

dia, queria cumprimentar, primeiramente, o pessoal do Sintaema, que está aqui, o sindicato que é dos trabalhadores e trabalhadoras da Sabesp, e que estão muito atuantes na luta contra a privatização.

Eu queria falar de alguns pontos que eu acho que têm sido polêmicos. O primeiro deles é que a Sabesp ainda não foi privatizada. Muita gente está dizendo que já foi, porque já passou na ALESP. Então, não foi privatizada por quê? O que aconteceu na ALESP, Vereador Sidney, foi... Estou, inclusive, debatendo especialmente com o senhor, porque o senhor já disse que o projeto foi aprovado. Não, o projeto que foi aprovado na ALESP é uma autorização ao Governo Estadual para vender as ações da Sabesp na Bolsa de Valores.

Então, a Sabesp não foi privatizada ainda. Foi uma autorização. E se não tiver comprador para as ações da Sabesp na Bolsa de Valores, a Sabesp não será privatizada. É isso que nós precisamos entender. E para que tenha acionistas interessados em comprar as ações da Sabesp na Bolsa de Valores, eles estão olhando aqui, o que vai acontecer na Câmara Municipal. Se a Câmara Municipal votar que São Paulo, o município que tem 45% do faturamento da Sabesp, não vai aderir a um novo contrato com a empresa privatizada, sabe o que vai acontecer na Bolsa de Valores? Ninguém vai querer comprar. Quem é que vai querer comprar a Sabesp, as ações da Sabesp, sem a cidade de São Paulo?

Então, o que está acontecendo aqui na Câmara Municipal é muito importante, porque nós podemos decidir o futuro da Sabesp. Por isso que todo o povo deveria estar olhando aqui, o que está acontecendo. Tomara que saia na Rede Globo, tomara que saia em todas as mídias, porque isso aqui é muito importante, pode mudar a vida da cidade.

E aí, gente, a população, a maioria da população, através de uma pesquisa, que muitos podem questionar a pesquisa, mas é uma pesquisa da Quaest, deu que 61% dos paulistanos estão contra a privatização da Sabesp. Então, quando você tem um dado de uma pesquisa que mostra que a maioria é contra a privatização, o mínimo que o Prefeito deveria fazer, o mínimo que a Câmara Municipal deveria fazer é marcar um plebiscito oficial para que a população pudesse, de fato, aferir o que a população quer ou não. Porque este projeto não é

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 15 DE 33

qualquer projeto, é um projeto de extrema relevância para a cidade.

E é por isso que, inclusive, por ser de extrema relevância para a cidade, que a gente está dizendo que o número de audiências públicas é pouco. Vejam bem, o Plano Diretor, para a gente mudar, teve mais de 40 audiências públicas, 50 e poucas. Por que da Sabesp são só seis? O que está acontecendo? Estão com medo de ouvir o povo? Inclusive, há uma falta de isonomia, porque está tendo audiência na Zona Sul, e não está tendo audiência na Zona Norte, não está tendo audiência na Zona Leste, não está tendo audiência na Zona Oeste.

Então, gente, nós precisamos informar a população do que está acontecendo. E também, amanhã, no Colégio de Líderes, pleitear que haja mais audiências públicas antes da segunda votação. Porque não pode ser que termine a votação, termine a última audiência pública do calendário, o dia 27, e que já vamos votar a segunda votação na semana que vem, na semana depois do dia 27, não pode. Tem que ter audiência pública em todas as regiões de São Paulo, porque, senão, o povo lá da Zona Norte, o povo da Zona Leste, não vai ser escutado nas audiências públicas.

Questão: sabe por que a população é a maioria contra a privatização? Por dois motivos. Primeiro, porque tem a experiência com a Enel, sabe como é impossível, quando você está sem luz em casa, no apagão, falar com a Enel. Não tem quem te atenda. Não tem quem te atenda. Você liga lá, fica lá, aquela musiquinha, aí depois a pessoa que te atende, ela vai encaminhar para não sei quem, para não sei quem, para não sei quem, e não te atende. Eu fui visitar casas de pessoas que estavam a semana inteira sem luz e não conseguiam um protocolo da Enel. É isso que a gente vai querer para a água de São Paulo?

E o segundo motivo é porque a Sabesp faz um bom trabalho. Porque se a Sabesp fosse ruim, todo mundo queria privatizar. A Sabesp faz um bom serviço. A Sabesp chega em lugares onde muitas vezes a Enel não chega. Lá na periferia da periferia. E eu estranho muito, Vereador Rubinho Nunes, sabe essa aguinha aí que você está bebendo? É da Sabesp. É água da Sabesp.

Então, como é que você fala mal da Sabesp se você bebe água da Sabesp? Hoje

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 16 DE 33

você não trouxe sua garrafinha privatizada. Hoje você está bebendo água da Sabesp, porque eu vi que está metade do seu copo. Então, gente, eu bebo água da torneira. Bebo água da torneira com segurança. Agora, vai lá no Rio de Janeiro ver se você vai beber água da torneira com a empresa privatizada lá que a água sai amarela. Eu quero ver se aqui as pessoas querem que a água saia amarela. Porque a água da Sabesp sai limpinha.

Então, gente, o que está acontecendo aqui é muito grave. Sobre tarifa. O próprio Tribunal de Contas do Município fez um estudo que mostra que não tem garantia nenhuma de que a tarifa vai abaixar ou que a tarifa não vai subir. Aliás, o próprio Tribunal de Contas do Município fez um estudo que mostra que se privatizar, o risco da Sabesp se tornar ineficiente, porque a logística vai mudar, porque a logística da URAE não é a mesma logística da Sabesp hoje, a chance de ficar ineficiente é muito grande. A chance de aumentar a tarifa também é muito grande. Não sou eu que estou falando, não é a Vereadora Silvia, do PSOL. É o Tribunal de Contas do Município que tem equipe que faz contas, que estuda finanças. São eles que estão dizendo. Que, inclusive, deveriam estar aqui na Mesa.

Então, gente, eu faço um apelo. Um apelo para que os Vereadores, no mínimo, os Vereadores da Base do Governo que votaram a primeira vez, que a gente tenha mais tempo. Que não seja um afogadilho.

Que não termine a audiência pública no dia 27 e que a gente vote às pressas, na tratorada, na semana seguinte. Que a gente tenha audiências públicas em todas as regiões de São Paulo. E mais, o ideal era a gente ter um plebiscito oficial se realmente, de fato, o Prefeito de São Paulo quisesse ouvir a população.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Vereadora Silvia.

Eu vou passar a palavra para o Vereador Sidney, só para fazer alguns pequenos apontamentos, Vereadora. Primeiro, V.Exa. citou que são seis audiências públicas; mas, na verdade, são oito marcadas. Inclusive, a desta quinta-feira foi solicitada por V. Exa. e será presidida por V. Exa. Segundo, conforme o acordo no Colégio de Líderes, todos os

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 17 DE 33

Parlamentares da Casa, inclusive todas as Comissões, têm a prerrogativa de marcar tantas audiências quanto queiram nos locais que assim desejarem e enviar para o Relator essas propostas.

E terceiro, é importante destacar a diferença entre saneamento básico e energia. Saneamento básico é mais resiliente que energia elétrica: A rede de distribuição é subterrânea, mais robusta, tem a possibilidade de armazenamento em caixas de água; diferente da energia elétrica.

A regulamentação da norma para a distribuição de água, para o saneamento, é lei estadual e municipal, próxima da população, com foco na universalização, incentivo a investimentos e resiliência. A energia elétrica é regulamentada por lei federal e com competência de fiscalização e gestão do Governo Federal.

A resiliência climática também é distinta, porque naturalmente a energia elétrica, pela fiação externa extremamente precária e arcaica que nós temos, está sujeita a quedas de postes, de árvores, o que acaba culminando no destravamento da energia, além do péssimo serviço prestado pela Enel, que não é segredo para ninguém. Naturalmente, a falha na distribuição de água é diferente, além de outras disposições.

Tem a palavra o Vereador Sidney Cruz. Desculpe pelo comentário prévio.

O SR. SIDNEY CRUZ – Muito obrigado, Presidente. Primeiramente, quero cumprimentar V.Exa. e estender os cumprimentos ao Secretário Chucre, a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, aguerrida; e Celso Giannazi, dois Vereadores do PSOL.

Cumprimentar os alunos do Mackenzie. Eu também fui aluno do Mackenzie na pós-graduação, tive a oportunidade de adquirir um pouquinho de conhecimento naquela instituição tão renomada e respeitada. E cumprimentar os presentes, o pessoal do Sindicato, sempre presente aqui na luta, os assessores, a Guarda Civil Metropolitana e todos que nos acompanham pela Rede Câmara.

Ouvindo aqui atentamente, eu falei: vou até usar a tribuna para dialogar com a minha amiga Silvia da Bancada Feminista. De fato, a privatização, a desestatização, não aconteceu

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 18 DE 33

ainda. A autorização já foi, esse assunto eu sempre venho falando e reforço que já foi definido pela ALESP, a casa legislativa que tem competência junto ao Governo do Estado de São Paulo, que inclusive é dono de 50,3% das ações da Sabesp.

Eu gostaria até de chamar V.Exa. para este debate, e eu gosto de um bom debate. Se o Governador resolver vender 0,04%, a Sabesp deixa de ser uma empresa dominada pelo Governo do Estado, não é verdade? Ela passa a ter 49% e, automaticamente, alguém vai ter a maioria, que não o Governo do Estado e a iniciativa privada.

O que eu quero dizer é o seguinte: cabe a esta Casa, neste momento, decidir, e nada acontece. Mas vamos fazer um pensamento, ou vamos tentar esticar as ilações, as conjecturas? Se o Governador resolver vender as ações e se aparecer alguém interessado na compra, a cidade de São Paulo não discutiu um contrato. Ficaremos imediatamente desamparados. Estou falando juridicamente, pode consultar quem vocês quiserem.

Se acontecer a venda de ações, sem discutirmos e garantirmos o necessário, no dia seguinte eu vou bater no gabinete dos meus amigos, com 12 milhões de pessoas para tentar resolver o problema da água, tratamento e coleta de esgoto.

Quando se fala que a população da cidade de São Paulo está feliz com a Sabesp, eu queria saber que parte da população. E me preocupa quando eu vejo alguém que militou e milita nas periferias da cidade de São Paulo, dizer isso porque eu sou cria da Pedreira, do lado da Billings. Eu morei um tempinho em cima de um córrego, foi a educação me trouxe até aqui; eu sempre falo sobre isso.

Na última fala que eu tive na audiência pública, eu convidei quem quiser e achar que eu estou aqui defendendo algo que não existe a dar um rolê nessas duas represas. Eu arrumo um barquinho para darmos um rolê nessas duas represas e vocês vão ter que andar de botas.

- Aparte antirregimental.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não cabe aparte. É que, pelo Regimento da Casa, não cabe aparte da plateia. Para as notas taquigráficas, tem que ser registrada a fala no microfone. Eu gostaria de permitir, mas não é possível. Vereador, prossiga.

O SR. SIDNEY CRUZ – Eu tive dificuldade de fazer a minha fala na última audiência pública em Parelheiros, porque tinha um pequeno grupo que estava presente a favor e outro grupo contrário, a audiência tumultuou e eu não consegui terminar o meu raciocínio.

Presidente, eu serei breve, eu só quero terminar o que eu estou tentando aqui expor. Como eu estava falando, hoje nós tivemos aqui na audiência pública uma representante de um instituto renomado, O Instituto Trata Brasil, está nas minhas anotações. E ela mencionou que 73% da população da cidade de São Paulo é atendida com água, tratamento e coleta.

Tratamento é um ponto crucial, que é pior. Dos três itens, apenas 73% da população recebe tratamento. E eu tenho minhas dúvidas se constam as áreas rurais nesses números.

Dizer que a população da cidade de São Paulo está contente com os serviços prestados pela Sabesp, só se for lá no Jardins, só se for no Brooklyn, porque lá na minha Pedreira, no Jardim Apurá, há 15 dias, ficamos oito dias recebendo carro-pipa na quebrada.

Imaginem vocês, em pleno 2024, o carro-pipa da Sabesp nas nossas comunidades, e as pessoas com o balde, para poder abastecer e tomar um banhinho. E não estou contando história, não, porque eu estive na Sabesp para entender um pouco como funciona.

O Presidente desta Comissão já trouxe os contrapontos com relação a outros temas que foram suscitados aqui. Eu sei, e aqui ninguém está negando, que o tema é de altíssima relevância: água, coleta e tratamento de esgoto, de fato, é um tema caro para a cidade de São Paulo.

O que cabe neste momento? Nós temos um contrato vigente que, se houver a venda de ações da Sabesp, deixa de existir. Estamos desamparados. Não tem argumentos contrários ao que estou falando aqui, porque é o que está posto.

Cabe a esta Casa lutar com planejamento, como foi dito pelo Luiz Castro, é isso? Já foi embora? Então, o que cabe? Lutarmos por garantias para combater sérios problemas que vêm crescendo a cada ano e que aumentaram em vários governos. Não estou falando só do Prefeito Ricardo Nunes. Vamos voltar no tempo: Vários governos passaram e esses problemas só aumentaram. Cabe a esta Casa lutar por mais investimentos, com planejamento, para

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 20 DE 33

despoluirmos essas duas represas.

Ontem eu estava numa agenda na Pedreira, com 20 famílias, que disseram: “Pelo amor de Deus, doutor, a gente tem vergonha de convidar alguém aqui na época do verão. A gente chama somente no inverno, porque somente “assim” [orador faz gesto de tampar o nariz] para se alimentar ao lado da Billings e da Guarapiranga.

Como Vereador desta Casa, quando eu ouço o pedido de plebiscito, eu sempre penso: em 2020, tivemos um plebiscito; 55 Vereadores foram eleitos. Este ano teremos outro plebiscito: eleições em 6 de outubro. Os que estão aqui estão legitimamente desenvolvendo os seus mandatos a mando do povo – “Art. 1º da Constituição Federal: o poder emana do povo”. Então, há legitimidade na discussão.

Estamos buscando avanços. Em primeira votação, avançamos significativamente. Ainda é pouco, temos de avançar muito mais; garantir, como já está consignado, um comitê gestor, Chucri, com poderes deliberativos para acompanharmos expressamente, com cláusulas que garantam que a cidade de São Paulo não venha a enfrentar problemas como os que acontecem hoje com a Enel. Esta é a nossa função como Vereadores e Vereadoras desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Sidney.

Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Bom dia a todas, bom dia a todos.

Cumprimento as pessoas que estão de forma presencial e também de forma *on-line*.

Cumprimento o Presidente desta Comissão, Vereador Rubinho Nunes, também o Vereador Dr. Sidney Cruz e a Vereadora Silvia; e o Secretário.

E uma saudação especial aos alunos da Universidade Mackenzie que estão presentes, porque é importante que façamos esse debate com os alunos participando. (Palmas)

Olha, uma sala vazia, um horário ruim. Poucas pessoas da cidade de São Paulo podem participar de uma audiência pública às 11 horas da manhã de uma segunda-feira. Essa

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 21 DE 33

é a grande realidade.

Esse processo de realização de audiências públicas foi assim na Revisão do Plano Diretor e na Lei de Zoneamento; dificulta sobremaneira a participação popular. Essa é a verdade.

Temos algumas audiências públicas marcadas, mas a participação é diminuta, muito pequena.

Também cumprimento os trabalhadores da Sabesp, que têm feito um debate muito importante, trazendo a realidade dessa empresa – que ninguém defende a Sabesp assim.

A Sabesp tem problemas, muitos problemas, mas tem que ter investimento público, tem que ter o estado, a mão forte do estado controlando; se não, não tem concurso, não tem investimento, e vai por um processo de sucateamento.

Voltando ao processo das audiências públicas: é muito difícil a população conseguir participar de um debate franco, trazendo argumentos. Há muitas pessoas que trazem bons argumentos. E o que o governo fez? O governo colocou para votação, semana passada, com apenas duas audiências públicas realizadas. Muitas contribuições que os trabalhadores e a população têm trazido não foram implementadas, não foram acopladas ao substitutivo. E nós temos que ter um debate amplo. Deveríamos ter uma audiência pública em cada subdistrito da cidade de São Paulo. E não somente isso: o tema é muito importante, relevante.

Eu discordo, com todo o respeito, do Vereador Sidney Cruz, porque nós fomos eleitos, os 55 Vereadores, graças à democracia que temos neste país. Embora alguns governos queiram atacar o sistema democrático, nós, os 55 Vereadores, temos democracia e fomos eleitos com o voto – eletrônico, inclusive. Mas o tema é muito importante, e merece um plebiscito, sim. Estamos em final de mandato – temos mais oito meses de mandato –, e água é um direito humano fundamental, não dá para tratar como mercadoria. Então, plebiscito, sim. (Palmas)

Temos, inclusive, um projeto tramitando na Câmara Municipal para que não ocorra a segunda votação enquanto não houver o plebiscito. A população precisa ser ouvida. Todas e todos precisam ser ouvidos; lá na urna, no dia da eleição, eleger os seus Vereadores, Vereadoras e Prefeito, e também dizer “sim” ou “não” à privatização.

Nós temos exemplos. Já se falou aqui de cidades do Brasil e do mundo inteiro que já privatizaram a água e já retomaram esse processo porque foi um desastre total; reestatizaram. Itú, cidade vizinha – não precisa ir muito longe. Mas há vários modelos no Brasil e no mundo. Então, a lição nós sabemos de cor, falta aprender, não entrar com esse processo de submissão, porque o que está em jogo, na verdade, é a sanha privatista do Governo Tarcísio no Estado de São Paulo.

Em todos os setores, o Governador Tarcísio está com processo de privatização. Está querendo tirar livro escolar das escolas – precisamos ingressar com ação judicial para impedir isso. Agora, quer tirar os professores da sala de aula e substituir por inteligência artificial – o ser humano sendo descartado. É bizarro o que está acontecendo no Governo do Estado de São Paulo. Ele quer, o mercado exige dele, ele foi eleito para isso: privatizar tudo, entregar para o mercado. Esse é o papel do Governador. E o Prefeito Ricardo Nunes, que precisa do apoio do Governador Tarcísio na eleição de outubro, rifou a cidade de São Paulo, está entregando a cidade de São Paulo.

No ano passado, através de um decreto, o que fez o prefeito da maior cidade da América Latina, São Paulo, cuja decisão é mais do que quase qualquer estado, o terceiro maior orçamento do nosso país? Num decreto, sem discutir com a Câmara Municipal, não passou uma discussão na Câmara Municipal, abriu mão da autonomia do Município de São Paulo, aderindo às URAEs – Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário. São Paulo tinha condições, na mesa, de impor a sua condição de maior cidade; os problemas são infinitos na cidade de São Paulo. E o Prefeito Ricardo Nunes, através de um decreto, aderiu às URAEs, ferindo a autonomia do município.

Como disse algum Colega, a Constituição Federal estabelece que abastecimento de água e esgoto é competência dos municípios e do Distrito Federal; está na Constituição Federal. E o Prefeito Ricardo Nunes abriu mão disso, rifou a cidade de São Paulo. Inclusive, há ações populares. E o Ministério Público já se manifestou favoravelmente ao seguimento dessa ação, porque é inconstitucional abrir mão da autonomia do município e do Distrito Federal na questão

do saneamento.

Uma das pesquisas em São Paulo está dizendo que 61% da população é contra a privatização. A população paulistana, da cidade de São Paulo, é contra a privatização. E a Câmara Municipal não pode votar algo cuja população é contra.

Deixem eu fazer um aparte.

Quando eu entrei na Câmara Municipal, faz quase seis anos, eu peguei uma conversa de uma pessoa muito importante da Câmara Municipal, com muitos mandatos; um Vereador e uma Vereadora de muitos mandatos na Câmara Municipal. Eu peguei o elevador com eles, e um falou para o outro: “Quando a Câmara Municipal vota, a cidade perde”. Eu achei estranho naquela época; mas, hoje, eu vejo que isso é uma realidade, porque a Câmara Municipal está votando contra a população da cidade de São Paulo – 61% está dizendo que não quer a privatização. E podem ser feitas mais pesquisas. A própria Prefeitura pode fazer uma pesquisa, encomendar uma pesquisa na cidade de São Paulo, que ela vai ter esse resultado. Então, é inadmissível que sigamos nesse processo contra a cidade de São Paulo.

Nós, da Bancada do PSOL e do PT, ingressamos com uma ação judicial para impedir que esse processo siga adiante sem a realização das audiências públicas necessárias, sem o plebiscito. E o Ministério Público já manifestou – vai para a decisão do juiz – que não pode haver a segunda votação se não houver a realização de todas as audiências públicas. Mas não somente isso: também se manifestou no sentido de que conste no projeto de lei – porque não tem – o cálculo do impacto financeiro para a cidade de São Paulo.

O que a cidade de São Paulo ganha com esse processo?

Esse processo que chegou na Câmara Municipal tem poucas folhas, poucos artigos, totalmente inseguro, não traz nenhum cálculo de impacto para a cidade de São Paulo. E nós temos exemplos da privatização da energia elétrica, que todo mundo já sabe o que aconteceu na cidade de São Paulo por conta da privatização; e mais recentemente tivemos a privatização feita pelo próprio Prefeito Ricardo Nunes do Serviço Funerário da cidade de São Paulo.

Os cronogramas, os contratos das concessões que ganharam o sistema funerário,

primeiro que aumentou quatro vezes as tarifas de sepultamento dos munícipes da cidade de São Paulo. As pessoas que tinham um funeral social têm muita dificuldade de exercer seu direito porque a Prefeitura cria muitos obstáculos. Então, o serviço piorou. A zeladoria está um abandono total, e não tem fiscalização da Prefeitura.

E no cronograma de privatização, a Prefeitura de São Paulo não colocou um planejamento. Olha, é uma concessão de 20 anos do serviço funerário, não tem um cronograma que essas empresas deverão observar, o quanto que elas vão ter que fazer em cada ano aqui, em cada período. Então, podem chegar, daqui a 20 anos, totalmente sucateadas, essas concessionárias; elas vão ali, fazem uma pintura, uma maquiagem e entregam o serviço de volta para a Prefeitura de São Paulo.

Não há fiscalização do bem privatizado. A gente está vendo isso em todos os setores aqui. Então, a água vai ser mais um. A Prefeitura vai deixar as pessoas sem água no futuro, a tarifa cara, um serviço mal prestado para as empresas privadas.

Só para terminar, Presidente, foi citada a crise hídrica de 2014-2015. Lá, os trabalhadores, a Sabesp fez um trabalho maravilhoso, mas teve uma ação, uma decisão do Governador da época de fazer a interligação das represas, e isso ocorreu de uma forma muito rápida, através de uma assinatura de um Decreto do Governador, muito rápido, porque estava na mão do Estado. Agora, isso na mão da iniciativa privada, se não tiver lucro, eles não vão fazer absolutamente nada. Eles visam lucro. A empresa privada visa o lucro, e é sobre o lucro que eles vão falar.

Então, essa interligação não haveria e nós teríamos, com certeza, uma situação muito pior do que a que nós tivemos, e, graças aos trabalhadores aqui, graças à Sabesp, mesmo sucateada, a gente conseguiu fazer esse enfrentamento, não teve escassez de água, não teve rodízio, em muitas áreas não teve, por conta dessa decisão rápida. Então, não dá para aceitar que isso seja feito dessa forma.

Então, a gente tem que dizer, primeiro, exigir o plebiscito na cidade de São Paulo, o plebiscito já! Para a gente decidir pela privatização ou não da água. A população precisa ser

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 223

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 25 DE 33

ouvida. Enquanto isso, enquanto não acontece o plebiscito, a gente tem que cessar esse processo, suspender esse processo.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Celso.

Celso, estava ouvindo a sua fala, eu concordo com você. Você falou o seguinte: que o Governador Tarcísio de Freitas foi eleito para privatizar tudo. Ele foi. Foi exatamente essa a pauta da campanha dele e isso levou ele ao governo do estado de São Paulo. Foi muito claro, transparente, muito sincero quanto às propostas dele, e...

O SR. CELSO GIANNAZI - Mas a cidade de São Paulo não votou nele.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - O vereador Celso... Esse tal plebiscito...

- Manifestações simultâneas.

O SR. CELSO GIANNAZI - A cidade de São Paulo não votou nele; nem nele, nem no seu Presidente Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Ele foi eleito democraticamente, o senhor fala tanto de democracia, mas reluta em aceitar o resultado democrático quando não é favorável ao senhor.

O SR. CELSO GIANNAZI - Na cidade de São Paulo, nem ele...

Presidente, só fazer uma correção, só fazer uma correção. Vereador, Presidente Rubinho Nunes, com todo respeito, deixei de falar, mas, na verdade, é a primeira fala. Só uma correção no termo, só uma correção.

Nós tivemos uma audiência pública, em Parelheiros, com vossa excelência, presidiu juntamente com o vereador Sidney Cruz, e, depois, nós, na sequência, tínhamos uma agenda na ilha do Bororé, na margem da Represa.

V.Exa. falou de invasão. Não. Tem ocupação por conta de uma não política habitacional desta cidade. Não se faz política habitacional dessa cidade. (Palmas) Invasão tem de megaempreendimentos que estão sendo construídos lá com o Governo Municipal, fechando os olhos para isso. Isso que tem. Mas da população que precisa de moradia, não. Isso é

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 26 DE 33

ocupação por conta da falta de política habitacional.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador.

Eu entendo que seja forçoso para o seu partido trazer uma roupagem bonita para o roubo de terras que se chama invasão...

Porque quando você entra em uma propriedade...

O SR. CELSO GIANNAZI - Tem grandes empresas, grandes empresas que estão indo lá.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Inclusive, Vereador, são essas as invasões que justamente geram o problema da água e do tratamento de água na cidade de São Paulo.

Mas o senhor falou tanto de plebiscito, para mim é forçoso esclarecer. O senhor fala de Constituição, de legislação. Sobretudo, porque a gente está em um tempo em que a lei não vale, porque há uma insegurança jurídica muito grande por conta de decisões conflitantes do Supremo Tribunal Federal.

O SR. CELSO GIANNAZI - O senhor é contra o Supremo Tribunal Federal? Têm vários estudantes de direito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não, eu sou super a favor do Supremo Tribunal Federal. Eu estudava pelas jurisprudências de Sepúlveda Pertence e Eros Grau, eram verdadeiros tratados do Direito. Até o Marco Aurélio de Melo que era, costumeiramente, voto vencido, ainda assim elaborava grandes teses. Infelizmente, a Corte, hoje, não cumpre tão bem, a meu ver, enquanto jurista, a legislação.

Mas o parágrafo único do artigo 1º da Constituição ainda está vigente. Diz o seguinte: “todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou, diretamente, nos termos da Constituição”. Nós, o órgão colegiado desta Câmara, como bem disse o Vereador Sidney Cruz que me antecedeu, somos os representantes eleitos, com o poder de votar, por meio do voto em ampla maioria, decidir.

O plebiscito, que o senhor tanto fala, não tem caráter vinculante, é meramente consultivo. E eu não me canso de destacar que, em 2005, o então Presidente Lula fez um

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 27 DE 33

referendo, que inclusive é diferente, um pouco mais robusto que o plebiscito, sobre a questão do porte de armas, sessenta e três por cento dos brasileiros votaram pelo porte de armas. Ainda assim, ao arrepio do referendo, e, dentro da lei, em 2006, o Lula foi lá e ceifou o direito de autodefesa dos brasileiros, contrariando aquilo que foi decidido em referendo.

Se nós fizéssemos um plebiscito, não valeria nada em eficácia jurídica com relação à continuidade ou não do contrato.

Ainda sobre a audiência pública, que o senhor tanto criticou, isso é uma coisa que me chateia muito. Porque, se a gente marca a audiência pública às cinco da tarde, é ruim porque tem horário de pico; se a gente marca às sete da noite, é ruim porque a pessoa quer descansar. Se a gente marca no sábado às nove da manhã, é ruim porque a pessoa quer dormir; se eu marco às dez, é ruim porque atrapalha o almoço. Se eu marco às onze na Câmara, é ruim porque as pessoas não conseguem acessar. Em qualquer horário que eu marque, vocês vão reclamar que é ruim. A questão é que nós temos audiências às dezessete, às onze, às dezenove, em diversos locais, e todos os Vereadores podem marcar.

O ponto que me salta os olhos é que as pessoas que vêm se manifestar contra, e eu respeito cada um dos senhores, são sempre as mesmas pessoas. Ainda assim, elas têm o direito de se manifestar. Só que hoje, neste plenário, nós temos mais munícipes, mais indivíduos do que na audiência pública de sábado em Parelheiros. Eu não estou falando de gente a favor ou contra, estou falando de quantidade absoluta de pessoas. Nós temos um público maior.

Na audiência realizada na semana passada, que antecedeu a votação, salvo engano, na quarta-feira, nós tínhamos aqui lotado. A audiência aconteceu às onze da manhã e se estendeu até uma e meia da tarde.

Então, esse argumento de que não há audiências é completamente falho.

Por fim, o senhor citou a ação que vocês moveram. Vocês têm o hábito de judicializar tudo. Eu aposto uma Dolly e um pão mortadela que vocês vão perder o processo.

O SR. CELSO GIANNAZI - Porque o nosso país tem três poderes constituídos, V.Exa. deve saber. A Câmara não é soberana, não é autoritária.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O senhor tem o direito de processar, Celso.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu estou dizendo que eu aposto uma Dollynha e um pouco mortadela com o senhor que vocês vão perder a ação. O próprio parecer do Ministério Público disse o seguinte: “que se realizem as audiências públicas que já estão marcadas”. Nós estamos cumprindo. Hoje estamos na quinta. Ainda temos mais algumas para realizar. Até o final do mês, elas serão cumpridas.

O SR. CELSO GIANNAZI - E que tem o estudo de impacto. Está lá no parecer do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O Ministério Público...

O SR. CELSO GIANNAZI - Também não vale nada? Não vale nada o Ministério Público?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não, tem total valor. É extremamente importante. Mas o parecer dele não tem efeito vinculante nem de sentença. É meramente opinativo. Quem decide é o magistrado. A decisão que vai sair em breve pode ou não suspender o trâmite. E eu volto a dizer: aposto uma Dolly e um pão mortadela que vocês não vão conseguir a liminar.

Para concluir, o Vereador Sidney tem a palavra.

O SR. CELSO GIANNAZI – Porque V. Exa. gosta de pão com mortadela?

O SR. SIDNEY CRUZ - Não, eu queria, apenas ouvindo os dois lados, literalmente no meio, no centro... (risos) Eu tive a oportunidade de ter sido relator do orçamento desta cidade em 2022 e em 2023. De 2022 para o exercício 2023, e em 2023 para o exercício deste ano corrente. E, na ocasião, eu fiz uma proposta ao Presidente da Comissão de Finanças, Jair Tatto, de a gente descentralizar as audiências públicas.

E, por incrível que pareça, nós realizamos cinco audiências públicas nos territórios, e todas estavam esvaziadas. Nós estamos vivendo um momento muito difícil na política.

A gente precisa reestruturar, a gente precisa reestruturar, resgatar essa proximidade

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 227

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 29 DE 33

do povo e o Parlamento.

E aí, com a devida *venia*, quando a gente transborda para um campo que não é o campo que discute efetivamente algo que possa trazer benefícios ou não para a população da cidade de São Paulo, as pessoas começam a perceber, porque hoje está fácil de se perceber, e falam: “eu não vou, eu não quero participar”.

Então, o problema não é com relação aos horários. Infelizmente, nós temos que passar por um processo de reestruturação entre poder político e o povo da nossa cidade. Não é só da nossa cidade, não, viu? Do nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Vereador Sidney. Secretário Chucre, se você quiser, gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa) Tem a palavra, Secretário.

O SR. FERNANDO CHUCRE - Três minutos, Vereador, se me permite.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - O tempo que for adequado. Eu peço ao público presente que respeite o Secretário, que vai fazer uso da palavra, para encerrar a audiência.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Quero cumprimentar os Vereadores presentes, Vereadora Silvia, Vereador Rubinho, Sidney e Carlos; todos os presentes, especialmente os colegas da Sabesp, a quem eu respeito muito, responsáveis pela capacidade técnica da empresa. Estive lá por um período, conheço bastante a estrutura da Sabesp, que funciona muitíssimo bem, na minha opinião, considerando a complexidade do serviço de saneamento no Estado, de maneira geral, mas especialmente na região metropolitana de São Paulo, por todos os problemas que foram aqui colocados.

Eu vou tentar, de novo, em três minutos - nessas reuniões eu estou tentando fazer isso - colocar rapidamente o histórico por conta da Prefeitura, o que está sendo feito por parte do Executivo para poder garantir a melhoria do serviço e o aumento de investimentos especificamente nesse contrato.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 228

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 30 DE 33

Então lembrar que quando o Prefeito assinou a URAE, lá atrás, no final do ano passado, essa URAE foi acompanhada de um documento, de um anexo que garante, no mínimo, e está escrito objetivamente, a manutenção de todas as conquistas que, principalmente na revisão de 2016, foram incorporadas no contrato de prestação de serviço da Sabesp com o município de São Paulo. Essa, eu acho, uma questão importante, ou seja, em hipótese nenhuma vai haver perda com relação ao contrato que temos atualmente. A partir daquele momento, o Prefeito criou uma figura que se chama Autoridade Hídrica, que eu acabei sendo empossado, coordenando uma equipe com várias secretarias, onde nós fizemos a discussão ponto a ponto do contrato com relação ao que poderia ser melhorado. Esse foi o trabalho dos últimos meses. O que nós poderíamos melhorar no contrato, o contrato que estou falando é especificamente com relação aos investimentos, de maneira geral. Estou falando genericamente, mas é claro, em prestação de serviço, em infraestrutura, basicamente, mas também na questão operacional, que foi uma questão na qual prestamos bastante atenção, ao longo dos últimos meses, e que acabou gerando uma série de anexos que trata de questões como intermitência na pressão da água, eventualmente a melhoria de serviços. Eu cito sempre tapa-buraco, que é uma questão que está sendo citada sistematicamente nessas audiências públicas. Mas estou dizendo que temos uma dúzia de anexos técnicos que trata de questões operacionais. Mas o que nos faz estar aqui trabalhando no sentido de melhorar esse contrato? E qual a convicção que nós temos com relação a uma eventual melhoria desses serviços? Essa é uma questão principalmente objetiva, porque durante essa negociação, nós conseguimos negociar com o Governo do Estado de São Paulo um aumento efetivo, se você considerar o período total do contrato, um investimento, ano a ano, de 50% que será feito no Município. Basicamente, quer dizer, como foi dito por uma das pessoas que se utilizou da tribuna, vamos ter mais condição, sob o ponto de vista de orçamento e de estrutura, de atender às famílias mais vulneráveis, à população mais vulnerável, especialmente na periferia, com relação à implantação de sistemas de infraestrutura, e eu estou falando de água e esgoto de maneira geral. Esse eu acho que é o dado concreto e objetivo que eu queria sempre, que estou ressaltando sempre. É claro que para isso tivemos o cuidado,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 229

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 31 DE 33

considerando que não vai ser mais uma empresa pública, quais são as maneiras, qual a forma, qual o formato para que nós todos - aí estou falando do Poder Público, do Municipal, do Executivo, da Câmara dos Vereadores, da Assembleia e da sociedade civil de maneira geral - possamos fiscalizar não só esse investimento, como também a prestação de serviço, de maneira geral. Então, o que foi feito nesse processo foi a criação e a estruturação de uma série de novos indicadores, para além dos indicadores que já são utilizados pelo contrato atualmente, foi criada então uma série de outros indicadores para melhorar a eficiência e a fiscalização dessa empresa. Então, por exemplo, a questão do trato do esgoto, não só a questão do percentual do esgoto, mas ser considerado esgoto gerado como objeto da medição da eficiência desse contrato, ao invés de esgoto coletado, para dar um exemplo bastante objetivo. Isso quer dizer que vamos conseguir exigir, ao longo do contrato, uma melhoria com relação ao percentual do esgoto tratado no município de São Paulo, de maneira geral.

E a questão da tarifa - eu vou citar dois assuntos: a questão do investimento e a da tarifa - acho foi a questão das mais colocadas. A tarifa, como vocês sabem, também já disse nas outras audiências públicas, foi criado o chamado Fundo de Compensação, que vai fazer com que a tarifa, e isso está escrito no contrato e nós vamos ter a oportunidade de fiscalizar, ao longo dos próximos anos, com todos esses indicadores que nós citamos, que é a forma que nós colocamos, agora ao longo do período, que o Estado de São Paulo colocou, foi uma decisão do Governo do Estado de São Paulo garantir a manutenção da tarifa com valor menor do que seria previsto, considerando o investimento no contrato como nós temos hoje, de forma a não haver encarecimento da tarifa, ao longo dos anos, para a população de maneira geral. Acho que isso também é importante e, é claro, há questionamentos em cima disso, que nós fizemos com o Estado. E agora nós estamos recebendo uma série de esclarecimentos que o Estado vai dar para podermos agora ter segurança, O Prefeito deve, nós temos um período, um cronograma colocado referente à adesão final da URAE, agora no mês de maio. E nós devemos responder e tornar todos esses dados técnicos públicos, para os senhores analisarem e, eventualmente, respondermos a algum questionamento.

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 32 DE 33

Acho que é isso, Vereador Sidney, basicamente, de uma maneira geral, colocamos algumas questões relevantes.

- Assume a presidência o Sr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado, Secretário Chucre.

Tinha uma pessoa inscrita que não havia sido chamada, Sra. Fernanda Veraldo, a senhora tem três minutos para sua manifestação.

A SRA. FERNANDA VERALDO - Bom dia aos presentes. Eu sou engenheira ambiental e urbana, fui funcionária da Sabesp por pouco tempo. Eu tenho ouvido falar muito da falta de saneamento básico na periferia nessas audiências, e é verdade, a Sabesp não chega em toda a periferia. Existem limitações legais para instalar a estrutura de abastecimento e a coleta, em diversas áreas de ocupação nas periferias. Além disso, tem condições particulares nas periferias que tornam as instalações mais caras. Também é importante constar que a maior parte dessa população vai pagar tarifa solidária e isso significa o quê? Significa que o saneamento na periferia não é lucrativo, significa também que não vai ser interessante para o capital privado, para uma empresa privada, levar o saneamento para esses bairros periféricos, eles vão ter prejuízo. O único caminho para a universalização do saneamento na cidade de São Paulo, para que o saneamento chegue nas periferias, é através de uma empresa pública que tem seu principal objetivo o atendimento à população e não a acumulação de lucro.

Eu também queria dizer que eu tenho ouvido muito falar que a população votou pelo projeto de privatização quando elegeu o Governador Tarcísio, mas o Tarcísio e o Nunes sabem que a maior parte da população de São Paulo é contra a privatização da Sabesp. Tanto é que na própria campanha de 2022, o Tarcísio, quando falou de privatizar a Sabesp, teve que dar para trás ao ver as repercussões negativas. Por isso, o processo de privatização está sendo tão truculento, todo projeto antipovo só passa de forma truculenta.

Eu acompanhei muito de perto o processo de privatização na ALESP, ano passado. O projeto de lei chegou em setembro, não foi acompanhado de um estudo técnico, não passou por todas as devidas condições. A Casa marcou apenas uma audiência, marcou em cima da

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 231

REUNIÃO: 20619 DATA: 22/04/2024 FL: 33 DE 33

hora, fugindo completamente dos ritos democráticos. A oposição precisou barrar essa audiência obrigando a ALESP a remarcar a audiência. E, ainda assim, foi só uma audiência pública em todo o estado de São Paulo. A votação foi para o Plenário em dezembro, o Governador mandou a polícia para cima dos manifestantes, teve bomba de gás em pleno plenário da ALESP, um lugar sempre fechado, onde não tem ventilação. Isso obrigou a oposição a dispersar, e havia deputados idosos, tinha gestante, que precisaram dispersar. A privatização passou, sim, na ALESP, pelo menos a autorização de venda passou na ALESP, mas não foi um processo democrático. E estamos falando de dezenas de exemplos, no Brasil e fora do Brasil, no Primeiro Mundo, nos países capitalistas, que a direita gosta tanto de copiar, de cidades que privatizaram o saneamento e tiveram de voltar atrás porque a qualidade piora e o preço aumenta. No estado do nosso Governador carioca, a água não chega na rede periférica. É um fato que a Sabesp tem problemas, mas privatizar é a chave para piorar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado, Dona Fernanda, pela participação. Agradeço a todos que participaram, que contribuíram.

Nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma boa tarde.